

Votação da Reforma Agrária leva impasse para o plenário

BRASÍLIA — A tentativa de resolver no voto as divergências sobre a reforma agrária fracassou, às 20h de ontem, quando nem "moderados" nem "progressistas" conseguiram o apoio de 280 constituintes, necessário à aprovação ou rejeição do substitutivo do Centrão. A emenda, que voltará a ser votada hoje, recebeu, numa votação tensa, 248 votos a favor, 242 contra e 37 abstenções. Trinta e dois parlamentares não compareceram.

O resultado foi recebido com aplausos por integrantes das bancadas de esquerda e trabalhadores rurais que se encontravam nas galerias. Os 600 membros da União Democrática Ruralista (UDR), que pouco antes aplaudiam seus representantes na Constituinte, foram tomados pelo silêncio, enquanto constituintes do Centrão olhavam fixamente o painel eletrônico. Entre os votantes, presenças inesperadas, como o Líder do PT, Deputado Luís Ignácio Lula da Silva (SP), restabelecendo-se de uma operação de apêndice, e os campeões de faltas da Assembleia: Deputados Felipe Cheldde (PMDB-SP) e Mário Bouchardet (PMDB-MG).

O tom radical da maioria dos discursos traduziu a polarização ideológica do debate. O Líder do PDC, Deputado Siqueira Campos (GO) afirmou que desapropriar terras produtivas seria "jogar o País na luta armada". Já o Deputado Paulo Ramos (sem partido-RJ) disse que os que defendem o latifúndio são os "que querem levar o Brasil à luta armada". O Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), proprietário rural, acusou a esquerda de pretender fazer a reforma agrária em ter-



'Progressistas' comemoram o resultado, que não deu quorum ao Centrão

ras produtivas e "destruir o direito de propriedade". Contradizendo-o, o Deputado Nélton Friedrich (PMDB-PR) acusou de serem contra o acordo os proprietários de 0,1 por cento dos imóveis rurais que representam 24 por cento do total da área rural do País.

As 18h35m, cinco minutos após o horário regimental, o Presidente em exercício, Deputado Jorge Arbage (PDS-PA), anunciou que a sessão seria prorrogada por mais 20 minutos. O Líder do PFL, Deputado José Lourenço, foi ao microfone acusar os radicais de esquerda de pretenderem desapropriar terras produtivas. Em resposta, o Deputado Fernando San-

tanna (PCB-BA) acusou-o de fascista e leviano e esclareceu que ninguém deseja a desapropriação de áreas produtivas e, sim, a não perpetuação do latifúndio.

As 18h45m chega o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães (SP), e convoca os parlamentares para votar. Com ele vieram as lideranças que participavam da busca do entendimento. O Líder do PDT, Deputado Brandão Monteiro (RJ), denunciou que das galerias estavam sendo jogadas pedras nos constituintes.

A nova votação está marcada para hoje às 20 horas, mas Ulysses poderá antecipá-la, caso haja acordo.

Passarinho não pede votos, ao encerrar

BRASÍLIA — O conflito em plenário entre o Centrão e a liderança do PMDB com os partidos de esquerda levou os dois lados a escolherem "pesos-pesados" para encaminharem a votação. O principal deles se estabeleceu entre o Presidente do PDS, Senador Jarbas Passarinho, indicado pelo Centrão, e o Líder do PMDB, Senador Mário Covas, representando as esquerdas. Passarinho, em nenhum momento, pediu votos para a emenda do Centrão.

— Não concordo com tudo que está no texto do Centrão — disse.

Uma dessas discordâncias, explicou, é a de que o texto do Centrão não exige a simultaneidade de critérios para que uma propriedade cumpra sua função social. Neste aspecto, disse apoiar o projeto da Sistematização. Mas afirmou que defende tratamento diferenciado para a propriedade produtiva e que, na discussão das grandes propriedades está o "preconceito ideológico" da esquerda.

Covas subiu à tribuna, fazendo uma advertência:

— O que causará dificuldade à Nação não é a decisão que tomarmos hoje, mas a nossa incapacidade de nos entendermos nessa matéria.

Afirmou que o texto proposto para acordo dava à propriedade produtiva o tratamento diferenciado exigido por Passarinho. Isso porque a preservação de desapropriação, desde que cumprisse as exigências mínimas para atender à sua função social e o que fosse disciplinado por lei ordinária.

UDR tentará atrair os 37 que se abstiveram

BRASÍLIA — Pouco depois de prever a aprovação, por 320 votos, do substitutivo do Centrão sobre a reforma agrária, o Presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, olhou com visível decepção para o painel eletrônico que registrava o resultado desfavorável aos produtores rurais. Nesses poucos minutos, ele traçou a estratégia para tentar chegar, hoje, aos 280 votos necessários à aprovação do texto: vai trabalhar os 37 parlamentares que se abstiveram na votação de ontem.

— Esses parlamentares não são necessariamente contra o texto do Centrão, mas provavelmente contra apenas alguns pontos — ponderou.

O fundamental para Ronaldo Caiado é que a propriedade produtiva não seja passível de desapropriação. Caiado admite transigir num ou noutro ponto, mas não neste. Logo após a votação, ele deixou as galerias do

plenário, onde permaneceu desde o início do encaminhamento da matéria, e orientou os assessores e as lideranças rurais mais próximas para começarem a contar os Deputados e Senadores de suas regiões, que se abstiveram na votação.

O Presidente da UDR passou o dia em negociações com os setores favoráveis à uma reforma agrária abrangente. Por volta das 16h, enviou, por assessor, uma proposta; mesmo sendo insuscetível de desapropriação, a propriedade produtiva deve cumprir uma função social. Ao sentir que o ambiente não era favorável à proposta, deixou o "plenário" junto ao gabinete da Liderança do PMDB, e rumou para o salão verde, na esperança de ingressar no plenário para falar com o Presidente do PDS, Senador Jarbas Passarinho. No meio do caminho, entre cumprimentos e gritos de "fora UDR", ele não se cansou

de repetir:

— Eles não aceitaram nossa proposta. Isso deixa evidente que não querem negociar, que são contra a propriedade produtiva. Caiu a máscara. Acabou a farsa.

No gabinete de Passarinho, Caiado comeu um sanduíche e ouviu, com satisfação, resposta favorável do Senador ao pedido para encaminhar a votação do substitutivo do Centrão.

Após a votação, a equipe da UDR confrontou-se verbalmente com cerca de 30 trabalhadores rurais, nas galerias do plenário, obrigando Caiado a sair cercado por seguranças. De um lado, os produtores rurais gritavam para os trabalhadores: "Venham invadir minha terra para vocês verem uma coisa". Os outros respondiam aos gritos de "assassinos", "bandidos". A segurança da Casa impediu um confronto físico.

Abstenções foram maiores no Centrão

BRASÍLIA — Dos 37 Constituintes que se abstiveram de votar, 23 constam da lista do Centrão como votos certos ou, pelo menos, confiáveis. E é em cima destes aparentes indecisos que a liderança do grupo vai investir para tentar aprovar hoje a sua emenda. Os 30 Constituintes ausentes para a segunda votação, tanto pelo Centrão, como pelo PMDB.

Assim que a sessão foi encerrada, assessores dos dois grupos correram atrás da lista de votação para iniciar os contatos com constituintes indecisos e os ausentes, que poderão decidir a segunda votação da emenda centrista. Um primeiro exame dos votos feito pelas duas assessorias não chegou a surpreender. A exceção ficou por conta da posição assumida pelo Deputado Sarney Filho (PFL-MA) e Alberício Filho (PFL-MA), filho e sobrinho do Presidente, que votaram contra o Centrão.

A Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) cumpriu o que havia prometido momentos antes da votação. Por ter esperança na possibilidade de acordo entre Centrão, liderança do PMDB e demais setores, se absteve de votar, apostando no impasse, o que acabou ocorrendo. Pelo mesmo motivo, também optou pela abstenção o Deputado Israel Pinheiro Filho (PFL-MG), que reassumiu como titular na Constituinte na semana passada.

Alguns nomes, entretanto, apesar de constarem da lista do Centrão têm tido um comportamento furioso nas votações. É o caso do Senador Gerson Camata (PMDB-ES), do Deputado Del Bosco Amarel (PMDB-SP), do Deputado Eriko Pegoraro (PMDB-RS) e da Senadora Eunice Michiles.

Maia não examinará atestados

BRASÍLIA — O Senador Mário Maia (PDT-AC) recusou-se a julgar o mérito dos atestados médicos apresentados pelos parlamentares faltosos, obrigando a Mesa da Constituinte a decidir que eles serão aceitos "in limine", isto é, sem contestação, como justificativa para a ausência nas sessões. O atestado impedirá que o parlamentar ausente por quatro sessões consecutivas ou sete intercaladas tenha seus vencimentos descontados.

Segundo-Secretário da Mesa e médico-cirurgião, Mário Maia havia sido designado para examinar os atestados apresentados pelos parlamentares, mas confessou-se duplamente constrangido com a tarefa: não se sente eticamente apto a julgar um diagnóstico de um colega médico e nem poderia pôr em dúvida a sinceridade dos colegas parlamentares. Segundo Maia, sua posição foi comunicada à Mesa, que pretende aproveitar sua condição de médico apenas para

endossar os atestados recebidos.

O Primeiro-Secretário da Mesa da Constituinte, Deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), confirmou a idéia inicial de dar a Maia a incumbência de examinar os atestados apresentados e já em poder do Senador. Cordeiro, no entanto, sustenta que uma vez comprovada a "correção técnica" do documento médico a ausência deve ser imediatamente perdoada.

— Um atestado precisa vir em papel timbrado, obedecendo a todas as exigências que um Departamento de Pessoal habitualmente faz. Essa correção é que deverá merecer a análise do Senador — disse.

Mário Maia contestou, ainda, a informação de O GLOBO — obtida em seu próprio gabinete, que o era como estando no Acre —, de que era um dos ausentes na sessão de segunda-feira, afirmando que comparecera ao plenário, "a tempo de alcançar a sessão".

Mímica

O ATESTADO médico é uma instituição nacional que costuma ter o mesmo objetividade da carta de recomendação para parente desempregado. Ou seja: uma peça de ficção, emitida como favor ou gentileza.

AO DESIGNAR um constituinte que também é médico para analisar os atestados

produzidos por seus colegas faltosos, a Mesa da Constituinte adere à ficção: doenças são comprovadas por exames, não por declarações.

NÃO HÁ de ser por aí que se vai curar a Constituinte da doença do absentismo: a mímica do controle não substitui o controle.